

REQUERIMENTO

**REVISÃO DA 3ª VERSÃO DO PROJETO DA
2ª FASE DO REORDENAMENTO DO PORTO DA HORTA**

O processo de reordenamento do Porto da Horta constitui um verdadeiro tormento de anúncios pomposos, encolhimentos e incumprimentos, ano após ano, manifesto eleitoral após manifesto eleitoral, entre muita teimosia e arrogância política, que causaram danos incalculáveis e que poderão causar ainda mais, face à teimosia do Governo em recusar uma auditoria independente que permitisse identificar os erros cometidos e encontrar as melhores soluções para o futuro.

Na designada “Primeira fase do reordenamento do porto”, correspondente à construção do molhe norte, os faialenses foram iludidos com o anúncio pomposo de um cais de 400 metros e uma profundidade de 12 metros, verificando depois que o Governo encolheu o cais para 280 metros e a profundidade para 6 metros (passando a 8 metros após dragagens), inviabilizando a atracagem de navios de passageiros de maior porte, precisamente aquele que deveria constituir um dos aspetos fundamentais do projeto, pelas repercussões expectáveis ao nível do turismo e da economia da ilha.

Mas o Governo Regional dos Açores alterou também o ângulo de orientação do cais, causando danos graves no estado do mar na bacia sul do porto, prejuízo que é flagrante e consensual entre todos os operadores portuários, mas que o Governo teima em não admitir.

Por seu turno, a chamada “2ª Fase do Reordenamento do Porto”, também ela repartida em 3 novas fases, teve quase 12,8 milhões de euros atribuídos na legislatura anterior, de 2012 a 2016.

No Plano Regional para 2017, o Governo voltou a inscrever mais 117 mil euros para a “Melhoria das Condições Operacionais e de Segurança e do Núcleo de Pescas do Porto da Horta”, e ainda meio milhão de euros para o “Porto, Marina e Baía da Horta”.

O que os Faialenses viram de todos estes milhões, foi ZERO.

- A reconfiguração e ampliação das instalações do Clube Naval da Horta, uma necessidade consensual de uma instituição com uma atividade de elevado mérito, em especial nos escalões de formação e ao nível das regatas internacionais, com contributo relevante para a economia e para a projeção do nome dos Açores, continua por cumprir.
- A ampliação da marina, por todos considerada urgente, face à crónica sobrelotação da infraestrutura existente (como se pode observar neste preciso momento), continua também por cumprir.
- A criação de infraestruturas para reparação e manutenção naval, que permitam transformar o porto da Horta numa zona de invernagem do Atlântico, potenciando a criação de emprego e riqueza na ilha e na região, também aguarda pela visão que se impõe a um Governo Regional.
- A capacitação do porto para receber navios de passageiros de maior porte e permitir o desenvolvimento de uma modalidade turística que poderia assumir-se como central na dinâmica económica da ilha, prometida uma segunda vez após as críticas

que se fizeram sentir perante o incumprimento do projeto anunciado para o molhe norte, parece ter sido esquecida pelo Governo, contrariando uma vez mais a palavra dada aos faialenses.

- A melhoria das condições do núcleo de pescas permanece uma promessa adiada.
- A melhoria das condições em que laboram as empresas marítimo-turísticas continua ainda a aguardar o cumprimento das promessas do Governo Regional.

A 3ª versão do projeto, que iria agravar o estado do mar no interior da marina – conforme admitiu o autor da proposta e o próprio Governo – mereceu da Comissão Municipal para os Assuntos do Mar, um parecer que, entre outros pontos, alertava “que não pode, nem deve ser admitida, nenhuma intervenção que introduza agitação acrescida no porto comercial e, sobretudo, na marina norte”.

O citado Parecer da Comissão Municipal para os Assuntos do Mar, decorrente da reunião realizada com a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas e equipa técnica no dia 22 de novembro, e que foi emitido a 6 de dezembro de 2017, considerava também o seguinte:

“(…) Estão reunidas condições para aproveitar o investimento alocado de 14 milhões de euros para investimentos no porto da Horta, em melhoramentos imediatos da sua operacionalidade”.

Ao fim de oito meses desde a emissão do parecer, e de vários anos desde o início do processo, este continua a arrastar-se e a Segunda

Fase do Reordenamento do Porto da Horta continua por cumprir, talvez a aguardar pelo próximo período eleitoral.

Assim, é necessário obter do Governo Regional os devidos esclarecimentos, que apesar de terem sido suscitados em sessão plenária recente, não foram prestados.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os deputados signatários solicitam ao Governo Regional dos Açores, os seguintes esclarecimentos:

1. Quando vai o Governo apresentar aos Faialenses e em particular aos operadores portuários a Revisão da 3ª Versão do Projeto da 2ª Fase do Reordenamento do Porto da Horta?
2. A ampliação da marina, por todos considerada urgente, está contemplada?
3. A reconfiguração e ampliação das instalações do Clube Naval da Horta está incluída no projeto?
4. A criação de infraestruturas para reparação e manutenção naval, que permitam transformar o porto da Horta numa zona de invernagem do Atlântico, está contemplada?
5. A capacitação do porto para receber navios de passageiros de maior porte e permitir o desenvolvimento de uma modalidade turística que poderia assumir-se como central na dinâmica económica da ilha, está contemplada?
6. A melhoria das condições do núcleo de pescas está pendente por algum motivo?

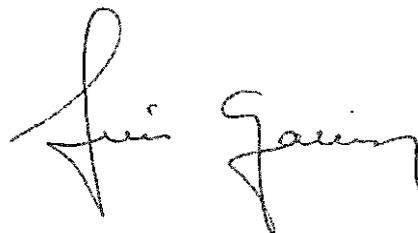
7. A melhoria das condições das empresas marítimo-turísticas está também contemplada?
8. Quando verá a ilha do Faial o resultado prático das 3 fases que constituem agora a chamada 2ª Fase do Reordenamento do Porto da Horta? Ou seja, qual é a nova calendarização dos investimentos a realizar?

Horta, 10 de agosto de 2018

Os deputados regionais



Carlos Ferreira



Luís Garcia

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <u>2848</u>	Proc. n.º <u>54.03.07</u>
Data <u>018/08/10</u>	N.º <u>503/X1</u>